

5º GRITO DA TERRA PERNAMBUCO

21º GRITO DA TERRA BRASIL

Realização:



Articulação
Semiárido Brasileiro
Pernambuco



PAUTA DO

**5º GRITO
DA TERRA
PERNAMBUCO**

**21º GRITO DA
TERRA BRASIL**

CONTEXTUALIZAÇÃO

A pouca atenção direcionada pelo Governo do Estado às pautas da agricultura familiar fez com que o Movimento Sindical Rural, por meio da Fetape e seus Sindicatos filiados, e um conjunto de movimentos e organizações que atuam no campo (ASA Pernambuco, MST, CPT, CUT e CTB) construíssem esta pauta do 5º Grito da Terra Pernambuco, contendo seis Eixos e 38 pontos, dos quais 14 são considerados centrais.

Os Gritos da Terra foram e sempre serão um importante instrumento do Movimento Sindical Rural e seus parceiros, na luta por políticas públicas que criem as condições necessárias à produção de alimentos de qualidade e ao desenvolvimento sustentável do campo.

Porém, é grave perceber que muitas das pautas do campo vêm se arrastando, ano após anos, porque não são priorizadas pelo Governo, a exemplo da não criação da Secretaria de Agricultura Familiar, e da ausência de ações estratégicas no que se referem ao acesso à terra, água, assistência técnica adequada, educação do campo, saúde, respeitando as especificidades de gênero, geração e das regiões.

Tudo isso sem contar com a falta de atenção a propostas que poderiam contribuir de forma estruturante com a Convivência com o Semiárido (região que ainda vivencia os efeitos da maior seca dos últimos 50 anos), e com a Reestruturação Socioprodutiva da Zona da Mata (que tem sofrido com a industrialização desordenada, e com a crise do setor sucroalcooleiro, geradoras de desempregos no campo), apresentadas em forma de Diretrizes, desde 2013, pelos Movimentos Sociais e Sindical e pela Igreja Católica, inclusive com o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Por tudo isso, no dia 20 de maio de 2015, milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais, vindos de todas as regiões pernambucanas, estarão nas ruas do Recife para reivindicar, do Governo do Estado, o retorno sobre nossa pauta.



PONTOS CENTRAIS

- 01** Disponibilização de água para o consumo humano e animal (1.1)
- 02** Reestruturação da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária, transformando-a em Secretaria da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (2.1)
- 03** Construção de um Banco de Dados sobre a Agricultura Familiar no estado (2.2)
- 04** Retorno sobre a implementação das Diretrizes para a Reestruturação Socioprodutiva da Zona da Mata e para a Convivência com o Semiárido (3.1)
- 05** Apresentação de um Plano Anual de Metas (2015/2018) do Governo do Estado para títulos públicos de propriedades rurais, priorizando as famílias que desejam acessar o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, e os territórios quilombolas (4.1)
- 06** Abertura, até o segundo semestre deste ano, de concurso público para contratação imediata de extensionistas rurais para o IPA (5.1)
- 07** Garantia de diversificação produtiva no Programa Terra Pronta (5.5)
- 08** Apoio do Governo do Estado à participação de 2 mil mulheres rurais do estado na Marcha das Margaridas, viabilizando o transporte à capital federal (6.1)
- 09** Criação do Pacto pela Vida no Campo (6.2)
- 10** Conclusão e implementação imediata do Plano de Ação Estadual do Cadastro Ambiental Rural (CAR) (6.4)
- 11** Aperfeiçoamento do Programa Chapéu de Palha, desvinculando-o do Programa Bolsa-Família, assegurando que, a partir de 2015, o teto mínimo seja fixado em meio salário mínimo (6.8)
- 12** Construção, junto com a sociedade civil, do Plano Estadual de Convivência com o Semiárido (6.10)
- 13** Implementação do Programa Saúde da Família (PSFs) nas comunidades rurais (6.13)
- 14** Implantação da Política Estadual de Educação do Campo (6.15)

EIXOS

1. Ações Emergenciais

1.1 Disponibilização de água para o consumo humano e animal, de forma a atender às necessidades das comunidades rurais do Semiárido, por meio do aumento em 30% no número de carros-pipa, da finalização de adutoras, perfuração de poços, entre outras ações.

1.2 Reativação do Programa Chapéu de Palha Estiagem para agricultores/as familiares dos municípios atingidos pela seca que decretaram Estado de Emergência.

Segundo a Coordenação do Garantia Safra, na safra 2014/2015, somente cinco municípios do Sertão (Afogados da Ingazeira, Brejinho, Santa Terezinha, Santa Cruz da Baixa Verde e Triunfo) e seis do Agreste (Canhotinho, Jucati, Manari, Paratama, Santa Maria do Cambucá e Terezinha) não tiveram perdas da produção superior a 50%. Os demais municípios dessas duas regiões foram comprovados com prejuízos superiores a esse percentual.

1.3 Reativação dos armazéns regionais de distribuição do milho da Conab para ração animal

Hoje, o estado conta apenas com dois armazéns permanentes da CONAB: Recife e Arcoverde. Em 2013/2014 foram abertos mais 12 pontos de venda: Caruaru, Garanhuns, Bom Conselho, São Bento do Una, Itaíba, Sertânia, Afogados da Ingazeira, Floresta, Serra Talhada, Salgueiro, Ouricuri e Petrolina. De setembro a dezembro de 2014, faltou milho em Pernambuco. Começou a chegar no final de janeiro/2015, com preço de R\$ 41,36, o saco com 60 kg, para a comercialização. Com a isenção do ICMS pelo Governo do Estado, o saco com 60 kg passou a ser comercializado por R\$ 33,81. Preço bem superior ao comercializado no ano passado, que era de R\$ 23,10.

2. Secretaria da Agricultura Familiar e Reforma Agrária

2.1 Reestruturação da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária, de modo que a agricultura familiar passe a ser prioridade para essa secretaria, em termos de ações estratégicas e recursos, e, inclusive, alterando a sua identificação para Secretaria de Agricultura Familiar e Reforma Agrária, fazendo um alinhamento com a proposta nacional.

De acordo com o PRORURAL, há, no estado, cerca de 270.000 estabelecimentos da Agricultura Familiar.

Segundo NEAD/MDA, em 2004, a Agricultura Familiar já representava 7,49% do PIB de Pernambuco.

2.2 Criação de um Banco de Dados sobre a Agricultura Familiar, identificando a sua participação na economia do estado, na geração de trabalho e renda, entre outros, centralizando essas informações na Secretaria de Agricultura Familiar e Reforma Agrária e possibilitando o acesso público, com o objetivo de subsidiar a proposição e implementação de políticas públicas nessa área.

3. Implementação das Diretrizes apresentadas ao Governo em 2013

3.1 Retorno imediato do Governo sobre como estão sendo trabalhadas as Diretrizes para a Reestruturação Socioprodutiva da Zona da Mata e para a Convivência com o Semiárido (apresentadas pelo Movimento Sindical Rural, Movimentos Sociais e Organizações Não Governamentais, em 2013), inclusive apontando quais ações já estão sendo executadas e quais estão previstas para este ano de 2015.

Em 2013, a Fetape se reuniu com Movimentos e Organizações Sociais de vários estados do Nordeste e a Arquidiocese de Olinda e Recife para a construção das Diretrizes para a Convivência com o Semiárido. O documento foi lançado com o apoio da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

Nesse mesmo ano, foram construídas as Diretrizes para a Reestruturação Socioprodutiva da Zona da Mata, que também foram elaboradas pelo Movimento Sindical Rural e um conjunto de parceiros.

3.2 Criar uma Comissão para acompanhar encaminhamentos das Diretrizes para a Reestruturação Socioprodutiva da Zona da Mata, assegurando a participação do Movimento Sindical Rural e outras entidades da sociedade civil que atuam no campo.

4. Acesso à Terra e Regularização Fundiária

4.1 Apresentação de um Plano Anual de Metas (2015/2018), do Governo do Estado, para títulos públicos de propriedades rurais, priorizando as famílias que desejam acessar o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, e os territórios quilombolas.

4.2 Arrecadação imediata das terras das usinas devedoras da Fazenda Pública, destinando-as ao assentamento de trabalhadores e trabalhadoras rurais, priorizando os assalariados e assalariadas rurais das referidas usinas. Esses passivos deverão ser levantados em conjunto pelos governos estadual e federal, iniciando-se esse processo nas empresas que atualmente impõem impasses sociais e econômicos mais graves e intensos, como as usinas Cruangi/Maravilha, Bulhões, Salgado, Pumaty, Vitória / 13 de Maio e Destilaria Frei Caneca.

Juntas, essas usinas reúnem mais de 80 mil hectares de terra.

4.3 Contratação, até o final de 2015, de 200 famílias do Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF), sendo, no mínimo, 30 jovens, demanda qualificada na linha de financiamento Nossa Primeira Terra (NPT).

Nos últimos cinco anos, apenas 339 famílias foram contratadas no estado.

4.4 Contratação, pelo Iterpe, de equipe multidisciplinar (profissionais nas áreas de Ciências Agrárias, Sociais, Agrimensura e Contábil) para a estruturação da Unidade Técnica Estadual, e acompanhamento das áreas já contratadas; e de equipes específicas para execução das atividades de medição, avaliação e individualização, no processo de contração de novas áreas.

Situação atual, segundo o próprio Iterpe: 1 advogado, 1 assistente administrativo; 7 engenheiros agrônomos; 1 engenheiro agrônomo – avaliador; 5 técnicos agrícolas; 1 técnico em prestação de contas; 6 técnicos da área social; 1 técnico jurídico; 1 topógrafo, para todo o estado.

5. Ações estruturantes para a produção e a comercialização da agricultura familiar

5.1 Abertura, até o segundo semestre deste ano, de concurso público para contratação imediata de extensionistas rurais para o IPA, visando ao assessoramento aos/às agricultores/as familiares; além de estruturação física dos escritórios do órgão nos municípios.

Segundo o IPA, hoje são atendidos, em todo o estado, cerca de 100.000 famílias de Agricultores Familiares das 270.000 existentes.

5.2 Garantia de contratação de uma assistência técnica especializada para o atendimento às mulheres produtoras, e aos jovens beneficiários da Linha Nossa Primeira Terra, do PNCF, atendendo inicialmente a nove propostas já contratadas, que beneficiam 92 jovens, em todo o estado.

5.3 Lançamento, ainda este ano, de Edital Público de Ater Complementar, conforme a Lei nº 15.223, que institui a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural de Pernambuco – PEATER-PE, desde 2013, e que ainda não foi implementada pelo estado.

5.4 Distribuição de 10 mil kits de irrigação para agricultores/as familiares, adequados à realidade da disponibilidade hídrica da Zona da Mata e do Semiárido.

Esses irrigarão 20 mil hectares de terra, gerando uma média de 30 mil empregos no campo. Isso também contribuirá com a produção de alimentos agroecológicos para o abastecimento do mercado local

5.5 Garantia de que o Programa Terra Pronta agregue um processo de diversificação produtiva, de acordo com a realidade de cada região, respeitando o calendário agrícola, e investindo na produção de mudas frutíferas, florestais e sementes crioulas diversificadas, bem como raquetes de palma forrageira resistentes à cochonilha do carmim, advindas da agricultura familiar.

Atualmente a distribuição limita-se às sementes do milho e do feijão, adquiridas de empresas.

5.6 Constituição de um Programa de Sementes e Mudas, assegurando que as sementes e mudas adquiridas pelo estado sejam provenientes da agricultura familiar.

5.7 Garantia de que a gestão da Central de Comercialização da Agricultura Familiar (Cecaf), na Ceasa, fique sob a responsabilidade de uma Comissão formada por Movimentos Sindical e Sociais e Organizações Não Governamentais que atuam no campo, com o apoio do Governo do Estado.

O espaço da CECAF tem 501 módulos com 3m² cada. Ele era para ser utilizado só pela agricultura familiar, porém, existem pessoas que só fazem comercializar, ou seja, não produzem.

O espaço chega a reunir, em algumas safras, cerca de 500 agricultores, mas rotineiramente só são 300. Os municípios com maior presença são: Vitória de Santo Antão, Chã Grande, Amaraji, Primavera, Cabo, Brejo da Madre de Deus, Jataúba, Passira, João Alfredo, Limoeiro, Casinhas, São Lourenço da Mata, e Carpina.

5.8 Participação do Governo do Estado na organização da gestão e no processo de mudança do sistema de irrigação para a produção dos Projetos de Reassentamento de Itaparica, e também na assistência técnica.

5.9 Garantia de assessoria técnica do estado à organização produtiva dos grupos de agricultores e agricultoras familiares com potencial para acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Segundo informações do Sistema de dados do Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária e finalizado em 2013, Pernambuco possui 1001 Empreendimentos Econômicos Solidários Rurais entre associações, cooperativas e grupos informais que, se devidamente assessorados, podem se formalizar e qualificar a sua produção e comercialização de produtos, inclusive através de políticas públicas como o PAA e o PNAE. (fonte: <http://sies.ecosol.org.br/atlas>)

5.10 Apoio do Governo do Estado à logística de transporte dos produtos e à estruturação das Feiras Agroecológicas existentes nas diferentes regiões.

Segundo levantamento feito pela Articulação de Feiras Agroecológicas do Estado de Pernambuco, iniciativa que vem sendo protagonizada por representantes das feiras e organizações de assessoria à agricultura familiar, o estado possui, hoje, cerca de 70 feiras agroecológicas. Só na região metropolitana são 27. Cerca de 840 famílias agricultoras estão envolvidas, o que representa a participação de 3360 pessoas.

6. Implementação de políticas públicas sociais no campo

6.1 Apoio do Governo do Estado à participação de 2 mil mulheres rurais do estado na Marcha das Margaridas, viabilizando o transporte à capital federal.

6.2 Criação do Pacto pela Vida no Campo – com a formação de Núcleos Comunitários de Segurança no Campo, entre outras ações discutidas com os Movimentos Sindical Rural e Sociais.

Em 2014, os conflitos por terra ocorreram em 59 municípios, envolvendo 6.581 famílias, segundo relatório da CPT. Já no que se refere a outros tipos de violências, segundo a Secretaria de Defesa Social (SDS), não existem dados específicos sobre a zona rural. A “subnotificação” se dá, de acordo com a explicação, porque no ambiente rural é quase que inexistente a nomenclatura oficial dos logradouros existindo apenas sítios ou chácaras. Geralmente, quando não se informa o local, subentende-se que seja na zona rural.

6.3 Combate à violência contra a mulher - Instalação de Delegacias da Mulher, em todas as cidades-polos, assegurando profissionais preparados para o atendimento às vítimas de violência.

Atualmente, no interior do estado, só existem delegacias especializadas em Petrolina, Caruaru, Surubim, Goiana, Garanhuns e Vitória de Santo Antão, de acordo com a Secretaria da Mulher.

6.4 Conclusão e implementação imediata do Plano de Ação Estadual do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e estabelecimento de estratégias estaduais de divulgação do CAR na grande mídia, para que os agricultores tenham acesso às informações necessárias ao cadastramento.

O prazo legal acaba no dia 05 de maio de 2015, porém com prorrogação até 05 maio de 2016, conforme a Lei 12.651/12.

Em Pernambuco, são 275 mil propriedades com até 4 módulos fiscais (pequenas propriedades) que precisam fazer o cadastro.

6.5 Elaboração, por meio de Conferências Regionais, do Plano Estadual de Combate ao Uso dos Agrotóxicos, com base no Programa Nacional de Redução dos Agrotóxicos (Pronara) e Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).

Cada Pernambucano consome, em média, 5,2 litros de agrotóxicos por ano (média nacional). Há no estado um descumprimento da Legislação, segundo o Fórum Pernambucano de Combate aos Efeitos do Uso de Agrotóxicos. Isso se comprova com a existência de pulverização aérea; a falta de preparação das unidades de saúde pública para receber vítimas de intoxicação por esses venenos; insuficiente número de centrais de recebimento de embalagens de agrotóxicos (apenas 02 no estado: Carpina e Petrolina); e precária fiscalização da exigência do uso de receituário agrônomo, para a compra desses produtos.

6.6 Oficialização da posição favorável do Governo do Estado no que se refere à criação da Reserva Extrativista Ipojuca-Sirinhaém, pelo Governo Federal.

6.7 Garantia de contrapartida do Governo de Estado, no que se refere à complementação mão de obra, no valor de R\$ 5 mil, por unidade habitacional, para a implementação das demandas contratadas do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

6.8 Aperfeiçoamento do Programa Chapéu de Palha, desvinculando-o do Programa Bolsa Família; assegurando que, a partir de 2015, o teto mínimo seja fixado em meio salário mínimo e cadastrando todos(as) os(as) membros assalariados (as) da família, na perspectiva de que todos(as) eles tenham acesso.

6.9 Constituição de uma Comissão entre a Secretaria de Educação do Estado e o Movimento Sindical Rural para estruturar e acompanhar toda a ação pedagógica do Programa Chapéu de Palha, fundamentada nas Diretrizes da Educação do Campo, articulando uma formação profissional que dialogue com a realidade dos assentamentos e da agricultura familiar.

6.10 Construção, junto com a sociedade civil, do Plano Estadual de Convivência com o Semiárido, tomando como base a Política de Convivência com o Semiárido do Estado e as demandas apresentadas durante as conferências ocorridas em 2013.

6.11 Ampliação da parceria com o Governo Federal para a universalização das cisternas de placas, com 16 mil litros e 52 mil litros, respectivamente, dos Programas P1MC e P1+2.

6.12 Implantação da Política Nacional de Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas, considerando a realidade de Pernambuco, com ampla discussão com os Movimentos Sociais e Sindical do Campo.

Neste, que é o ano de realização da 15ª Conferência Nacional de Saúde, Pernambuco irá realizar sua Conferência Estadual, espaço legítimo para aprovar a Política Estadual de Saúde Integral das Populações do Campo, com ações e iniciativas que reconheçam as especificidades de gênero, geração, raça/cor, etnia e orientação sexual; assegurando a redução de riscos à saúde decorrentes dos processos de trabalho e das inovações tecnológicas agrícolas; priorizando a redução das desigualdades de acesso às ações e aos serviços do SUS para essas populações e garantindo a melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida.

6.13 Implementação do Programa Saúde da Família (PSFs) nas comunidades rurais, contemplando atendimentos específicos às pessoas da terceira idade, mulheres e jovens, promovendo discussões com os Movimentos Sociais e Sindical do Campo, para definição dos locais de implementação.

6.14 Disponibilização, em todos os hospitais da Rede Estadual, de profissionais especializados em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora Rural, que atenda e faça o acompanhamento de pessoas que trabalham com agrotóxico, realizando regularmente exames de colinesterase, inclusive sendo de acesso aos interessados o diagnóstico por microrregião das pessoas contaminadas mensalmente, com o objetivo de tomar providência preventiva.

Nos últimos cinco anos, levantamentos apontam que 2264 pessoas tenham sido intoxicadas por agrotóxicos, sendo 1568 na área agrícola (Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan). Esses números estão longe da realidade, se levado em conta o alto índice de subnotificações.

6.15 Implantação da Política Estadual de Educação do Campo, contemplando a institucionalização do seu espaço na estrutura organizacional da Secretaria Estadual de Educação.

Pela ausência da Política Estadual de Educação do Campo, situações graves como o fechamento das escolas do campo acontecem de forma desenfreada. Hoje, estima-se que já são mais de 2000 escolas do campo fechadas em Pernambuco.

6.16 Garantia de estrutura física, política e pedagógica para a Educação de Jovens e Adultos do Campo – EJA Campo, considerando: formação continuada dos/as professores/as; transporte escolar que atenda as necessidades e realidade do campo, contemplando estudantes e professores; merenda escolar, assegurando qualidade e frequência; infraestrutura física das escolas do campo; material didático e pedagógico para os/as professores/as e estudantes; aquisição de livros; e a institucionalização da Comissão Política Pedagógica da EJA Campo, com efetiva participação dos Movimentos Sociais e Sindical do Campo, como espaço propositivo, consultivo e de monitoramento das políticas e programas nessa área.

Atualmente, há mais de 9.000 estudantes da EJA Campo cadastrados no Senso Escolar.

6.17 Incluir, ainda este ano, no programa de formação/qualificação profissional do estado cursos que fortaleçam as atividades da agricultura familiar.
